

Da Colonização da Sociedade Civil às Tensões entre Partidos no Governo e Movimentos Sociais*

Esteban Iglesias*



O propósito deste trabalho reside em revisar um aspecto central da perspectiva dos movimentos sociais sob a problemática da ação coletiva, em particular, a posição segundo a qual as relações estabelecidas pelo Estado com os movimentos sociais devem ser entendidas em termos de cooptação, burocratização e colonização. Isso será revisado à luz de experiências atuais de partidos políticos que assumiram o governo na América Latina, sobretudo na Argentina e Brasil, com o objetivo de refletir sobre a atualidade e fertilidade teórica desta posição. Esta reflexão se insere teoricamente no amplo campo da sociologia política e apresenta resultados de projetos de investigação ainda em desenvolvimento.

O argumento principal deste trabalho reside em que a hipótese deve ser revisada a partir da conjuntura atual, ao menos desde o começo do terceiro milênio. O estudo dos casos da Argentina e Brasil fornece indícios de que os principais riscos que espreitam os movimentos sociais não estão tanto no caráter de seu vínculo com o

* Tradução de Gabriel Teles. Revisão: Nildo Viana. Tradução autorizada pelo autor.

* É pesquisador-assistente no Conicet; Professor de Ciência Política da Flacso e da Universidade Nacional de Rosário (Argentina).

Estado, mas sim com o tipo de relação que estabelecem com o partido que assume o governo.

De fato, os governos encabeçados por Néstor Kirchner e Cristina Fernández Kirchner (entre 2003 e 2011) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (Entre 2003 e 2010) apresentam diferenças no que diz respeito ao modo como ascenderam ao poder político, em tipo de liderança que orientam seus governos e, finalmente, o vínculo que estabelecem com os movimentos sociais, tanto em suas trajetórias quanto na situação estabelecida em suas gestões governamentais. Contudo, é possível observar que as experiências contrastantes destes dois países conduzem a resultados similares. Da sua parte, na Argentina, o kirchnerismo, como uma força política, tem insistido na construção de “adversários” e desta maneira, vem criando dicotomias no espaço político. Nessas batalhas, os movimentos sociais ligados ao kirchnerismo foram expostos e assim são questionados sobre os princípios de identidade que lhes deram origem. Por outra parte, no Brasil, Lula da Silva iniciou um governo de “continuidade com mudanças”, isto é, de não ruptura com o passado, com uma liderança organizada em torno do diálogo, o que termina prejudicando o vínculo com um dos principais movimentos sociais desse país: o Movimento Sem Terra (MST).

A característica diferencial que se observa no caráter de liderança de quem está no governo constitui um elemento confirmatório em demonstrar que o principal problema dos movimentos sociais é o tipo de relação que estabelece com o partido que assume o governo e não com o Estado.

As perspectivas da ação coletiva

Na atualidade, as ciências sociais oferecem, em termos gerais, duas perspectivas teóricas da ação coletiva que, curiosamente, são as mesmas que estavam na origem desta temática em meados da década de 1960. Assim, o enfoque da mobilização de recursos e a perspectiva dos movimentos sociais compartilham uma mesma preocupação, em especial, ao perguntar quem são os sujeitos e as razões pelas quais protestavam naquele momento. Esta interrogação trouxe novas características, pois não se tratava de protestos organizados pelas tradições de luta que circunscritas à classe trabalhadora, mas sim por “coletivos” e identidades políticas novas, integradas por indivíduos de classe média que não apresentavam problemas de inserção na economia e

que inscreviam suas práticas políticas no que se conhece como pacifismo, movimento ecológico, movimento gay, a igualdade de direitos, etc.

Neste quadro se origina as perspectivas de ação coletiva, sendo sua principal pergunta: quem e por que protestam cidadãos que, aparentemente, não apresentam necessidades econômicas insatisfeitas? É assim que, a partir da resposta deste questionamento, se abrem as linhas de investigação teórica. Por sua parte, o enfoque da mobilização de recursos considera que a ação coletiva se põe em marcha graças à existência de uma série de recursos na sociedade, sendo os mais relevantes os principio da organização e a oportunidade de luta política¹. Por outra parte, a perspectiva dos movimentos sociais afirma que a marcha na ação coletiva é gerada pela identidade política forjada no calor da luta.

Dentre os enfoques de ação coletiva, a perspectiva dos movimentos sociais possui maior pertinência teórica para a análise dos fenômenos atuais. A razão fundamental para isso é que se permite recuperar a cultura política respondendo de forma confiável as seguintes perguntas: de que modo práticas políticas existentes na sociedade se fundem com formas de luta presentes e que tipo de identidade se constituem a partir desta fusão?

As definições de movimento social de Touraine (1995) e de Melucci (1999) confirmam este tipo de compreensão da ação coletiva. Por sua parte, Touraine (1995) assinala que um movimento social se define em torno de três princípios: o de identidade, o de oposição e o de totalidade. Por este motivo, coloca que estes três princípios devem ser entendidos em plena interação. Nesse sentido, o primeiro se vincularia com a definição que torna o próprio ator social; o segundo, com a definição acerca de seu adversário, a qual o ator social tem que criar para ter a definição acerca de si mesmo. Finalmente, o terceiro princípio alude a elaboração de um projeto por parte do ator social mediante o qual este colocaria em questão da historicidade da sociedade. Este último ponto, para Touraine, é o que recobre maior complexidade já que nem todo ator social consegue articular o terceiro princípio, decisivo em um movimento social.

Por outra parte, Melucci (1999, p. 46), cuja definição não difere muito análise proposta por Touraine, entende que um movimento social se define em torno de três

¹ Desde Olson (1992), passando por McAdam *et al.* (1999), até Tarrow (1999, 2004) e Tilly (2000) a proposição pode ser rastreada teoricamente ainda com variações. Para sua análise pode consultar Iglesias (2008)

componentes: “a) baseada na solidariedade, b) que desenvolve um conflito e c) que rompe os limites do sistema em que ocorre a ação”.

Como se observa nestas definições – que não são as únicas mas as obrigatórias – se acentua o modo em que os processos de constituição identitária se travam em um marco de disputa.

A centralidade da hipótese da colonização da sociedade civil

Esta hipótese de trabalho se considera em um marco onde o status teórico dos movimentos sociais tem sido considerado inicialmente como um substituto frutífero para a categoria de “classe social” (TOURAINÉ, 1987) e, depois, como o elemento de transformação social e democratização (HABERMAS, 1989; COHEN e ARATO, 2000). De modo que se observa uma carga normativa importante no que se refere à conceituação dos movimentos sociais e, com efeito, a pergunta que teve que responder seus referenciais teóricos era o seguinte: que razões explicavam a não constituição de movimentos sociais ou, para colocar de outro modo, quais eram as dificuldades de um sem número de protestos não se convertessem em movimentos sociais? A partir do modo que se responde esta pergunta se desenvolverão duas linhas de investigação nas perspectivas daqueles movimentos: uma foi delineada por Touraine e outra foi seguida por Offe (1992), Habermas (1989), Benhabib (2006), Cohen y Arato (2000).

Por sua parte, Touraine argumenta a existência de dois fatores que obstaculizam a constituição de movimentos sociais. O primeiro, relativo à intervenção da classe dominante na construção da historicidade e o modo em que, a partir disso, se desativam formas organizativas dos setores subalternos. E, o segundo, se vincula aos pedidos de institucionalização por parte dos movimentos sociais, operação que para este autor redundava na perda do radicalismo inicial dos movimentos já constituídos.

Na linha de investigação que vai de Offe (1992) e Habermas (1989) até Cohen e Arato (2000), por outra parte, os pontos de contato entre Estado e as diversas formas de organização da sociedade civil aparecem tematizados sob a forma de cooptação, burocratização e colonização, por parte das iniciativas estatais, direcionada à capacidade transformadora dos movimentos sociais. Na verdade, as tensões no processo de institucionalização política são o momento mais perfeito de tensão entre os movimentos estatais e sociais.

Em primeiro lugar, Offe (1992) reflete estas preocupações ao colocar seu “modelo experimental por etapas” referindo à autotransformação institucional da política dos movimentos sociais. Nesse sentido, considera que ao longo da história dessa institucionalização foi possível vislumbrar, em um primeiro momento, que o conflito é recorrente devido que a ação coletiva se encontrar em uma instância formativa cujo modo de expressão privilegiado consiste na disposição de atuar. Posteriormente, e devido à constituição de uma identidade coletiva, aparece o problema da organização, cujo ponto principal reside em como esta tem que obter a tarefa de regenerar o modo permanente da identidade originária e evitar as instâncias burocratizadoras que eram facilitadas pela institucionalidade do sistema político.

Em segundo lugar, Habermas (1989) coloca a temática da “ação comunicativa” no marco dos processos de racionalização que experimentaram as sociedades modernas no Ocidente. Ele efetiva esta análise a partir de dois termos, o de sistema² e o de mundo da vida³. Cabe destacar que ambos os conceitos estão orientados por diferentes “recursos”; assim, o sistema tem como principal recurso o “poder administrativo” enquanto que o mundo da vida tem a solidariedade. Para Habermas, durante o século XX, desenvolveram-se processos de “colonização” por parte do poder administrativo no mundo da vida. O exemplo mais revelador pode ser vislumbrando durante a crise do Estado de bem estar social dos países desenvolvidos. Nesta ocasião o “cidadão” se converteu em um “cliente” e também em um “contribuinte”, isto é, em um indivíduo que não participa e nem decide pela “coisa pública” mas que dedica a pagar impostos.

Finalmente, o pensamento de Cohen y Arato (2000), cuja característica principal reside em apresentar uma teoria sistemática da sociedade civil, que é concebida como uma esfera de interação social que a diferencia da sociedade política e da sociedade econômica constitui a sede de transformação política da sociedade. Com efeito, as tendências para burocratização apresentadas por Habermas são convertidas por Cohen y Arato em pressupostos da teoria, considerando que na sociedade política e na sociedade econômica dos atores sociais participam de forma direta no poder do Estado e no da produção econômica, “[...] para os quais procuram controlar e manejar”

² Alude aos mecanismos que tendem a reduzir a complexidade do ambiente em um sistema social.

³ Remete a dimensão de socialização que experimentam os indivíduos em interação dialógica entre si e com as instituições. Essencialmente se refere à construção identitária da sociedade e os processos de integração que esta atravessa.

(Cohen y Arato, 2000, p. 9). Em troca, a lógica da ação política se fundamenta no recurso de solidariedade e no “entendimento”, a partir dos quais os indivíduos deliberam na esfera pública. Na esfera da sociedade civil não haveria um controle direto sobre o poder nem sobre as decisões que se tomam, mas, ao invés disso, o que se intenta é “influenciar”⁴ a sociedade política com a pretensão de que as iniciativas estatais assumam um caráter legítimo. Por último, se destaca que a sociedade civil estaria composta por “[...] a esfera íntima (em especial, a família), a esfera das associações (em especial as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública” (COHEN e ARATO, 2000, p. 8).

Em toda essa busca em teorizar os movimentos sociais e diversas formas organizativas da sociedade civil, se entende que os processos de democratização por parte do Estado fracassaram historicamente. E o lado veloz da transformação política é a esfera da sociedade civil. Em última análise, as iniciativas estatais são consideradas negativamente e, portanto, todo ponto de contato da sociedade civil com estas se encontra em colonização. Obviamente, existem variações e ênfases, contudo, as soluções teóricas e a dimensão normativa das propostas teóricas se encontram pelo âmbito da sociedade civil e não pelo Estado⁵.

Menção aos aspectos metodológicos

Como foi assinalado, este trabalho se propôs a refletir sobre um nó problemático no interior da perspectiva dos movimentos sociais. Também se indicou que expõe resultados de investigações prévias⁶, com o qual se justificará os elementos que se compararam nos estudos de caso e se mencionará o modo em que se realizou a coleta da informação.

Com respeito aos casos sob análise, cabe mencionar que o critério de seleção de partidos políticos e movimentos sociais foi devido a sua importância política na atualidade e seu grau de representatividade. No caso do Brasil, optamos pelo Partido

⁴ Neste sentido, assinala que “[...] com o estabelecimento de influência mediante a atividade das associações democráticas e a discussão não restringida na esfera pública cultural. Tal papel político é inevitavelmente difuso e ineficaz” (COHEN e ARATO, 2000, p. 9).

⁵ A proposta de “democracia deliberativa” na esfera pública de Habermas (2010) é uma amostra minuciosa sobre isso.

⁶ Na qualidade investigador do projeto “*Viraje ideológico y emergencia de formas políticas alternativas. Partidos y movimientos de la nueva izquierda em Sudamérica*” dirigido pelo Doutor Arturo Fernández e estabelecido na Conicet e em codireção com o projeto de investigação “*Gobierno, protesta social y sectores populares*”, situado na Universidade Nacional de Rosario.

dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST. Na Argentina, pelo Partido Justicialista (PJ) e Confederação Geral do Trabalho (CGT) e as organizações piqueteiras. Assim, foram selecionadas duas expressões do movimento sindical e expressões de movimento sociais. Entende-se que existe um traço em comum entre o MST e os “piqueteiros”: a desapropriação, que consolidou raízes em sua constituição identitária. Nesse sentido, o MST se constituiu através do conflito derivado da falta de “terras”, enquanto que os piqueteiros pela ausência de “trabalho”. Entende-se que existe pertinência metodológica no conjunto de elementos ao comparar as experiências da Argentina e do Brasil.

A técnica principal de coleta de informação tem sido a “entrevista em profundidade” realizada por informantes chaves e, em menor medida, foi feita a revisão de notícias jornalísticas.

A entrevista em profundidade teve um caráter não estruturado permitindo distinguir etapas e temporalidades entre as que atravessaram o vínculo com o Estado, partidos políticos e movimentos sociais. O roteiro da entrevista contemplou temas e subtemas que remetiam às causas e especificidades acerca das quais se construiu o vínculo entre iniciativas estatais, partidos e movimentos sociais. A informação fornecida pelos informantes chaves permitiu distinguir tipos de relação entre Estado e movimentos sociais, assim como entre partidos no governo e movimentos sociais. Isso proporcionou informação relevante para determinar o caráter das iniciativas estatais, as práticas políticas dos partidos políticos e sua incidência no caráter mutável da ação coletiva dos movimentos sociais.

Os informantes chaves foram selecionados por serem referências políticas de máxima responsabilidade nas organizações políticas, por conhecer sua história, por participar no processo de tomada de decisões e por fornecer conhecimentos específicos acerca dos critérios que motivam as ações coletivas. Os encontros com os informantes chaves, na cidade de São Paulo, Brasil, ocorridos em 2010 e 2011, registraram um total de doze. Na Argentina, na cidade de Buenos Aires e Rosário, mantiveram-se encontros nos anos 2005, 2010 e 2011, sendo registrados quinze. A duração dos encontros foi de 60 a 90 minutos.

Finalmente, o segmento jornalístico cumpriu a função, por um lado, de fornecer elementos para caracterizar o contexto político e, por outro lado, de permitir

contrastar e medir a informação fornecida pelos informantes chaves. Os meios de comunicação gráficos consultados foram: para a Argentina, jornais de alcance nacional – *Clarín y La Nación* – como de publicação local – *La Capital* e, para o Brasil, *Folha de São Paulo*.

Posto a prova e revisão de hipótese de trabalho

O problema relativo às relações de cooptação, burocratização ou colonização do Estado ou “esfera governamental” para a sociedade civil e os movimentos sociais teve boa recepção na América Latina. Também vale destacar que é uma temática que ressurgiu desde o começo do terceiro milênio, sobretudo, pelo acesso ao poder político de partidos políticos que se constituíram em vinculação com movimentos sociais – como foi o caso do PT – ou que logo ao ascender ao governo receberam seu apoio – como foi o caso do Kirchnerismo.

Nesse sentido, podemos mencionar alguns trabalhos que reproduziram esta ideia: Bobes (2010)⁷, Druck (2006)⁸, Gohn (2009)⁹, Levitsky (2004)¹⁰, Massetti (2009)¹¹, Svampa (2005)¹², Zuazo (2010)¹³, etc.

A análise do vínculo existente entre partidos no governo e movimentos sociais não foi negligenciada. Contudo, o marco da perspectiva dos movimentos sociais enfatizou a interpretação na sua vinculação com o Estado. Esta hipótese, considera-se,

⁷ No que diz respeito aos vínculos estabelecidos entre o Estado e sociedade, entende-se que “[...] a sociedade civil supõe o estabelecimento de relações horizontais (que desafiam e resistem à verticalidade das relações Estado-Sociedade) [...]” (BOBES, 2010, p.44).

⁸ Em referência ao vínculo do governo de Lula e os movimentos sociais, a autora apresenta os riscos sobre a reorganização dos movimentos sociais desde o Estado até a sociedade civil (DRUCK, 2006).

⁹ Uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. Sabe-se que a conquista do poder político por setores que anteriormente estavam na oposição, em importantes aparelhos do Estado, levou a ampliação de políticas sociais voltadas para os excluídos, para criar redes de proteção aos chamados bolsões humanos de vulnerabilidade social. Mas isso não significa que houve fortalecimento das organizações populares. Ao contrario, muitas delas enfraqueceram-se. Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias” (GOHN, 2009, p. 60).

¹⁰ Desenvolve o modo em que o PJ, desde a restauração democrática até 1999, se transformou em um partido clientelista, modificando assim seu vínculo com os setores populares.

¹¹ Desenvolve detalhadamente como se deu essa incorporação ao governo da cidade de Buenos Aires, presidido então por Jorge Telerman. O autor conclui que esta tentativa de incorporação ao Estado esteve fortemente marcada por um contexto eleitoral de renovação de chefe político na cidade de Buenos Aires, o que culminou em uma utilização dos dirigentes dos movimentos sociais.

¹² Para a autora, a participação de organizações piqueteiras no governo derivou-se em cooptação política.

¹³ Em referência à Bolívia, coloca que “[...] o que se observa é uma domesticação das organizações sociais a partir de uma estratégia de fragmentação e apropriação da iniciativa política e organizativa” (ZUARO, 2010, p.135).

deve ser revisada e flexibilizada. Talvez o elemento que pode explicitar na análise esse vínculo é o *tipo de liderança* que é exercida a partir do partido que conduz o governo.

Essa problemática não é atual, certamente. De qualquer forma, a personalização da política emergiu com a onda de transformações que tiveram lugar no plano da representação política. Tal como coloca Manin (1998), as alterações implicaram modificações no modo em que se constituem as identidades políticas. Nessa ocasião, o programa político dos partidos deixou de ser um elemento diferenciador das identidades, ficando relegado e substituído pela “imagem do candidato” reproduzida em sua nova cena, que não era a praça pública, mas os meios audiovisuais de comunicação massiva. Assim, para Manin, essas transformações na representação política implicaram mudanças no tipo de democracia, constituindo-se uma “democracia de audiência”, em que o cidadão se comporta por impulsos de acordo com a oferta eleitoral.

Da colocação de Manin é possível resgatar a questão da re-personalização da política em uma nova arena, a dos meios massivos de comunicação. É necessário somar a esse elemento, no plano analítico, a consideração de que as iniciativas estatais dos governos na América Latina já não são mais de corte neoconservador. Mas procuram *reparar* situações sociais que a cidadania experimentou durante a década anterior: desemprego, subocupação, redução de salários, problemas de saúde, habitação e proteção social.

Neste marco de transformações na representação política, no comportamento político da sociedade e no caráter das iniciativas estatais, o que aparece como novo problema para os movimentos sociais é seu vínculo com os partidos políticos no governo e não tanto as relações com o Estado. A pedra de toque disto é o tipo de liderança de quem conduz o governo. Por conseguinte, na continuação, relatamos dois modos de exercer a liderança: um baseado no “diálogo” como é o caso do Brasil e outro organizado em torno da “construção de adversários” como é o caso da Argentina.

Argentina, a liderança de confrontação

Como se constituiu o kirchnerismo em termos identitários? Quais decisões relevantes se tomaram e que, posteriormente, formaram parte da constituição política do kirchnerismo? Néstor Kirchner, ao assumir o governo nacional, herdou uma situação política marcada pela fragmentação de partidos em geral, divisão do peronismo em

particular, divisão sindical¹⁴ e organizações piqueteiras instaladas no cenário político nacional¹⁵.

Assim, vale destacar que o kirchnerismo, enquanto força política, definiu seu campo identitário com um discurso de oposição às políticas neoconservadoras. Em termos de prática política, o espaço de ação política foi forjado graças à construção de diversos “adversários”. Biglieri (2008) desenvolve o modo em que Kirchner, nos primeiros trinta dias de governo, havia designado um conjunto de adversários políticos, sendo os principais as forças armadas e militares em geral, a “maioria automática” da Corte Suprema de Justiça da Nação, o Fundo Monetário Internacional, as empresas multinacionais, etc. a verdade é que, longe de ser uma situação temporária, tornou-se um verdadeiro estilo político que funda suas raízes na dimensão identitária da força política que encabeça o governo nacional.

No que diz respeito ao vínculo existente entre os representantes do movimento operário e os dos movimentos sociais, é possível destacar vários aspectos. Em primeiro lugar, Néstor Kirchner, no primeiro ano de seu mandato, convocou ao diálogo político as organizações piqueteiras. Este diálogo, em vez de transcorrer em espaços institucionais, se converteu em um intercâmbio político, em que foi oferecida a gestão de programas¹⁶ e cargos políticos¹⁷ às organizações, em troca de apoio a seu governo. Este oferecimento foi aceito pela Federação de Terra e Habitação (*Federación de Tierra y Vivienda – FTV*) e pelo Movimento *Barrios de Pie*, ao passo que a Corrente Classista e Combativa (*Corriente Clasista y Combativa – CCC*) e o Movimento Independente de Aposentados e Pensionistas (*Movimientos Independiente de Jubilados y Pensionados*) não aceitaram, restringindo sua vinculação à assinatura de convênios que efetivariam a

¹⁴ Existiam três centrais sindicais: a Central de Trabajadores Argentinos, a CGT rebelde e a CGT oficial.

¹⁵ Também recebeu uma estrutura social transformada, que havia experimentado problemas de integração social e um mercado de trabalho altamente fragmentado com altas taxas de desocupação e subocupação e, finalmente, com uma economia informal de envergadura inédita no país.

¹⁶ Segundo os jornais *Clarín* e *La Nación* de 8 de julho de 2003, os programas são “A fome mais urgente” (“*El hambre más urgente*”), “Mãos à obra” (“*Manos a la obra*”), e o “Plano enraizado” (“*Plan arraigo*”). O primeiro é um programa de ajuda alimentícia, o segundo de construção de habitações comunitárias e o terceiro de empreendimentos produtivos.

¹⁷ O oferecimento de cargos também não tardou em chegar sendo o mais ressonante foi, sem dúvida, o caso de Luis D’Elía, da FTV, na Subsecretaria de Terra e Habitação a nível nacional durante o ano de 2005. Outras nomeações, não tão ressonantes, foram: o de Jorge Ceballos do Movimento *Barrios de Pie*, nomeado diretor de assistência comunitária do Ministério de Desenvolvimento Social no ano de 2004; o Emilio Pérsico, titular do Movimento Evita, nomeado subsecretário de políticas públicas do governo da província de Buenos Aires em novembro de 2005; menos conhecido foi a nomeação, no ano de 2006, de “Lito” Borello e Juan Pablo Cusa, designado pelo Movimento Evita, no Ministério de Direitos Humanos e Sociais do governo da cidade de Buenos Aires etc. (MASSETTI, 2009).

realização destes empreendimentos produtivos¹⁸. Com isso, o governo nacional conquistou, fragmentariamente, o apoio político da parte das organizações, inclusive, incentivou sua constituição a partir do Ministério de Desenvolvimento Social. Este foi o caso do Movimento Evita (*Movimiento Evita*), que gere o programa de Promotores Territoriais para o *Cambio Social*.

O vínculo com organizações piqueteiras se converteu em uma sorte de “prêmios e castigos” que conferiam desde o governo nacional. No entanto, a dimensão identitária se pôs em jogo quando o líder presidencial se dispunha à construção de adversários políticos, certamente, de envergadura, solicitando que as organizações saíssem em seu apoio e defesa. Isso se ativou muito rapidamente, desde os inícios do kirchnerismo no poder. Assim, as empresas transnacionais, em particular, as distribuidoras de diesel e gasolina foram assinaladas pelo então presidente como os “inimigos do povo”, já que decidiram de modo unilateral um aumento de preços na venda de combustíveis ao público. Nessa ocasião a FTV, encabeçada por D’Elía, bloqueou, com o objetivo de impedir seu funcionamento, diversas estações de serviço de combustíveis ao público. Isto teve grande repercussão nos meios de comunicação de massa e, também, resultados efetivos, já que as empresas Shell e Esso decidiram diminuir o preço do combustível.

Este tipo de intercâmbio e lógica de ação política se pôde observar quando desatou a crise com as entidades agrícolas em 2008, após Cristina Fernández de Kirchner assumir o governo. O conflito se originou devido ao terceiro aumento do imposto de retenções móveis da exportação de cereais e oleaginosas, particularmente, trigo, milho e soja. Essa ação de governo derivou um eixo histórico em que pequenos produtores do campo constituíam uma aliança, formalizada na denominada “mesa de enlace”*, com a oligarquia agropecuária. Após vários meses de disputa política em que o governo tentou, sem sucesso, dicotomizar o espaço político em dois lados: o do “nacional e popular” (expresso pela autoridade presidencial) e o dos interesses da “oligarquia do campo”. Qual papel, nesse conflito, tiveram as organizações piqueteiras?

¹⁸ Para os referentes políticas da CCC esse oferecimento era concebido como uma forma de “vender a alma ao diabo”.

* A Mesa de Enlace é uma associação das quatro principais organizações nacionais de empresários agropecuários da Argentina: a Sociedade Rural Argentina, a Federação Agrária Argentina, as Confederações Rurais Argentinas e Confederação Intercooperativa Agropecuária (Nota do Revisor de Tradução).

Não só apoiaram as decisões governamentais, mas Luis D'Elía tentou expulsar do espaço público, a golpes de punho, um manifestante que apoiava as organizações agrárias. Este é um claro exemplo de como as identidades políticas relativamente jovens ou que carecem de força, a partir do vínculo com o partido no governo assumem uma relevância muito restrita.

A relação com o movimento sindical revestia maior complexidade que a dos movimentos sociais surgidos na década de 1990 na Argentina. Como foi colocado anteriormente, se assistia uma situação de fragmentação sindical, a que se tentou recompor a partir do oficialismo, ou seja, do governo estabelecido. Isso foi efetivado durante 2004 e 2005, quando o governo nacional conseguiu a unificação da CGT, a partir da liderança do caminhoneiro Hugo Moyano¹⁹. Quais características assumiu a CGT liderada por Hugo Moyano nos sucessivos governos kirchneristas?

Vale destacar que o intercâmbio político entre kirchnerismo e sindicalismo peronista revestia-se de complexidade devido ao poder das forças políticas em jogo. Certamente, eram as forças que apresentaram maior poder de mobilização cidadã neste período. Quanto à sua relação, em termos gerais, ela obedeceu uma estrutura de intercâmbio baseada no apoio que a CGT daria ao governo e, em contrapartida, permitia-se uma estratégia política de penetração das organizações sindicais ao interior do partido peronista. A importância deste feito era capital: desfazer a desarticulação histórica entre partido peronista e sindicalismo peronista iniciada em meados da década de 1980.

Fortalecido o kirchnerismo e a liderança de Hugo Moyano na CGT, após 2005, e, em um contexto de crescimento econômico e de recuperação do emprego, o papel da CGT se viabilizou no plano institucional, participando do Conselho do Salário Mínimo (*Consejo del Salario Mínimo*) e das Convenções Coletivas de Trabalho. Nesta instância institucional, a negociação coletiva efetuada pelo sindicato de caminhoneiros oficializava a pauta de aumento salarial e de “teto” para trabalhadores centralizados em outras associações sindicais. Segundo o estudo de Etchemendy y Colliers (2008), demonstra-se que as greves registradas por reivindicação salarial e melhoria nas condições de trabalho se davam no momento em que os representantes sindicais

¹⁹ Em 1994, Moyano, junto a Juan Manuel Palacios, formou o Movimento de Trabalhadores Argentinos. Era uma centralização sindical de tradição peronista que não apoiava política neoconservadoras, com o qual não era pró-governo nacional. Este, desde 1999, se denominou CGT-rebelde.

participavam da negociação paritária. Com o qual se observava que era uma forma de pressão política e ativada conjuntamente, para reforçar as reivindicações. Por causalidade, os protestos finalizavam quando se encerrava o acordo paritário. Essa mecânica política se manteve desde 2005 até 2011²⁰.

Os apoios políticos por parte do sindicalismo peronista para o kirchnerismo se faziam visíveis nos atos políticos e, também, nos conflitos que embarcava o partido no governo. Como sucedeu com o movimento piqueteiro, o conflito com as entidades da agricultura, em 2008, foi decisivo porque para Moyano este apoio lhe gerou a inimizade de quem conduz as 62 Organizações, o braço sindical do partido peronista.

Curiosamente, tardava em concretizar-se a penetração sindical para o interior do partido peronista. Nesse sentido, o projeto político de Hugo Moyano ficou incompleto. Teve diversas conquistas sindicais, contudo, não avançou em seu desenvolvimento político-partidário. Hoje é um político marginal no projeto político que encabeça Cristina Fernández de Kirchner. Na conjuntura eleitoral de 2011, momento da reeleição da atual presidenta, os alinhamentos políticos se modificaram. Esse momento esteve marcado pela morte de Néstor Kirchner, e com a decisão da atual presidenta de constituir uma força política própria, reatando o apoio do sindicalismo peronista e incorporando jovens militantes peronistas. Destes agrupamentos, a de maior relevância é a fundada pelo seu filho, Máximo Kirchner, denominada La Cámpora^{**}. O legado político de Néstor Kirchner é agora interpretado pela pessoa que se encontra melhor autorizada para fazê-lo, Cristina Fernández de Kirchner. Assim, os eleitos para defender seu projeto político tem sido os “jovens” e políticos de confiança, o qual se delega ao líder da CGT, Hugo Moyano.

Brasil: PT, CUT²¹ e MST

²⁰ Segundo o jornal *La Capital*, Néstor Kirchner manteve uma reunião com Hugo Moyano em 20 de abril de 2007, a fim de colocar um limite de 16,5% de aumento de salário a federações e uniões de envergadura. Assim, dias mais tarde, federações sindicais poderosas como União Pessoal Civil da Nação (UPCN) e a União Trabalhadora da Construção (UOCRA) fechavam os acordos paritários sob esta proposta.

^{**} Organização de juventude, herdeira da juventude peronista (Nota do revisor da tradução).

²¹ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada em 1980, em São Bernardo dos Campos, São Paulo, anos depois de CONCLAT, o primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora no Brasil, que em 2011 se iniciou inúmeras celebrações em comemoração dos 20 anos. Esta organização é constituída por diversos grupos sindicais que no final da década de 70 realizou uma série de greves que paralisaram a região do ABC paulista e demais cidades industriais que cercam São Paulo. No fim dos

O PT, liderado por Lula da Silva, assume o governo com o apoio de diversos movimentos sociais. Alguns com maior proximidade – CUT, União Nacional dos Estudantes (UNE), Marcha mundial das Mulheres, etc. – e com outros uma menor proximidade – MST, Pastorais Católicas, etc. Nesta oportunidade selecionaremos para a análise o vínculo do PT com a CUT e o MST.

Como na Argentina, entende-se que este tipo de liderança de quem conduz o governo, baseado no diálogo, constitui um elemento importante nas políticas públicas implementadas e nas ações coletivas que organizarão as diferentes expressões do movimento sindical e social, em particular, a CUT²² e o MST. O certo foi que a orientação de diálogo do então presidente do Brasil teve um lado institucional, relativo às condições de assumir o governo federal. Com efeito, o PT assume o governo liderando uma coalização política, cuja novidade residia em aliar-se com o Partido Liberal (PL), liderado pelo empresário José Alencar. A história eleitoral do PT mostra uma estratégia de coalização²³. Contudo, chamava a atenção que um partido que tem raízes na representação dos trabalhadores (JAKOBSON, 2011) efetue uma aliança com uma organização representada por um empresário e com uma orientação político-ideológica alojada em um setor oposto do espectro político.

O diálogo político foi iniciado pelo governo Lula após a “reforma do sistema previdenciário dos funcionários públicos”, tentativa esta que foi apresentada de forma unilateral e sem consulta prévia as centrais sindicais em que apoiava o governo. Esta iniciativa implicava uma rigidez nos critérios de aposentadoria pública assim como um aumento da idade para se aposentar (RADERMACHER E MELLEIRO, 2007). Este

anos 70, um conjunto de sindicalistas realizou uma série de greves em empresas petrolíferas, automobilísticas e metalúrgicas. Sem dúvida, eles colocaram em evidência um dos pilares da ditadura militar: a proibição de realizar greves.

²² O vínculo entre PT e CUT já foi extensamente explorado. Mencionamos apenas a bibliografia básica sobre essa temática e os diferentes enfoques teóricos. Assim, encontramos estudos que abordam a gênese compartilhada (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991); as trajetórias e estratégias sindicais e políticas levadas a cabo por cada um durante a década de 1980 para ressaltar a mudança em relação à proposta original; a burocratização da CUT e do PT, a morfologia singular que adquiriu o entendimento entre ambas organizações na década de 1980 (SOARES, 2005; OLIVEIRA, 2003; RIETHOF, 2004); a vinculação gerencial e ideológica entre cutistas e petistas (RODRIGUES, 2002; RODRIGUES, 2004); até os que observam a relação entre ambas organizações a partir da ascensão presidencial de Lula da Silva em 2002 (GALVÃO, 2004; RADERMACHER E MELLEIRO, 2007), entre os principais.

²³ Em 1989, em sua primeira candidatura presidencial, Lula optou por formar a Frente Brasil Popular, da qual participaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ao longo do tempo, este esquema de alianças se manteve e ampliou, por exemplo, englobando o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo que o aspecto distinto em 2002, foi a inclusão em sua coalização eleitoral de setores políticos de direita do Brasil na fórmula presidencial.

modo de assumir a liderança teve um custo político, a formação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), em 2004, que constituiu uma dissidência política da CUT.

A volta do diálogo político teve lugar quando foi organizado a Conferência dos Fóruns Nacionais, em que o governo nacional mediava entre representantes da sociedade civil e do empresariado. Um dos mais relevantes foi o Fórum Nacional do Trabalho, que começou em 2004. Para os dirigentes sindicais foi um grande desafio político: “Os empresários todos bonitinhos, sentadinhos, empresários da indústria, do comércio, da agricultura, das finanças, como se não tivesse problemas entre eles, mas todos se comportando unitariamente e nós brigando na mesa”. O mais relevante desta iniciativa política foi o reconhecimento por parte do Estado das Centrais Sindicais mais importantes em quantidade de afiliados e enraizamento territorial: CUT, Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil (CTB), Confederação Central dos Trabalhadores (CGT) e Nova Central Sindical (NCS).

A questão de ajustar-se em um espaço político adequado ou produtivo para a CUT foi problemática no primeiro período do governo Lula. A margem de manobra política da CUT remete, em parte, com a situação econômica, com o escasso crescimento do produto interno bruto (PIB) que mostrava o país e, em boa medida, com os problemas relativos à representação política. Assim, no interior da central sindical se apresentava a crença de que “então nós elegemos Lula, o Lula vai pegar a caneta e vai escrever: artigo primeiro: implantação do socialismo; artigo segundo: revogam-se as disposições em contrário”.

Esta situação poderia ser revertida no segundo mandato de Lula, logo depois de ter transitado com êxito da acusação de corrupção conhecida como “mensalão”. Assim, o segundo período de governo a margem de manobra da CUT se ampliou, podendo peticionar ao governo nacional e inclusive efetivando a atualização e o aumento do salário mínimo e, além disso, a redução da jornada de trabalho de 44 para 42 horas semanais.

Esta estratégia política de Lula de “fugir das extremidades” teve seus custos: o vínculo com o MST se deteriorou notavelmente. Isto tem uma explicação política concreta e remete as políticas públicas. O MST foi convocado pelo governo nacional

várias vezes, sendo a mais importante para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. O pacto entre as partes consistia na recuperação de 800 mil hectares de terras em um tempo de oito anos, isto é, dos períodos governamentais do PT. No entanto ele ainda nem sequer havia começado. Oliveira (2009) demonstra o escasso alcance que teve a reforma agrária no Brasil. Este autor diferencia as famílias que durante o mandato de Lula foram assentadas, reordenadas, regularizadas e, estritamente, as que foram contempladas pela reforma agrária. Este último caso, de 2008, observa que o governo federal assentou 183.308 famílias novas. Esta cifra se encontra muito longe dos 800 mil assentamentos que foram acordados entre o governo Lula e as diferentes expressões do movimento campestre na política da reforma agrária. E, ao contrário desta política, os benefícios que recebiam eram de um setor do empresariado a cargo do agronegócio. As diferenças políticas com o PT se orientam em partir do tipo de liderança. Assim para os dirigentes do MST “[...] não se pode agradar a gregos e troianos [...]”.

As tensões políticas tem levado o MST a deixar de participar da CMS e apostar na Assembleia Popular, um novo espaço político que aglutina os mesmos movimentos sociais que a CMS mas com características diferentes, de confrontação com o governo federal. Por outra parte, se observa uma aproximação inédita do MST e a Força Sindical, uma central que historicamente apresenta diferenças políticas. No entanto, a relação de tensão com o Partido no Governo gerou aproximação entre estas organizações políticas

A hipótese segundo a qual que a ação do Estado em relação aos movimentos sociais resulta em instâncias de cooptação, burocratização ou colonização tem sido fértil teoricamente para interpretar a crise do Estado de Bem-Estar social na Europa no começo dos anos de 1960. Esta situação pode prolongar-se ao período posterior graças a iniciativas estatais que assumiam um caráter neoconservador.

Isto deveria ser revisado, ao menos na América Latina, onde a situação política se modificou e onde a sociedade experimentou profundas transformações em sua estrutura social e em seu comportamento político. O certo é que desde o começo do terceiro milênio as iniciativas estatais tenderam *a reparar modificações sociais anteriores*. No que diz respeito ao vínculo entre Estado e movimentos sociais observa-

se que o problema mudou de um lugar para o outro, registrando como tensão principal o vínculo com o partido político que acendeu ao poder político.

A análise de centrais sindicais e movimentos sociais na Argentina e Brasil constitui uma amostra cabal deste problema. Apesar das diferenças políticas e no tipo de lideranças, as tensões registradas são similares. Na Argentina se observa uma liderança que constrói permanentemente adversário, se envolvendo em fortes batalhas, o que põe em risco a construção identitária dos movimentos sociais. No Brasil, por outro lado, se observa que uma liderança baseada no diálogo pode levar a perder o apoio de movimentos sociais, em particular do MST, além das dissidências experimentadas pela CUT ao longo do período governamental de Lula da Silva²⁴.

Esta situação constitui um desafio para os movimentos sociais: não apoiar o partido no governo implica ceder espaços e expressões para forças políticas de outras orientações ideológicas, enquanto que apoiá-lo significa o risco de minar a base de apoio sobre a qual surgiram.

REFERÊNCIAS

BENHABIB, S. *Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad en la era global*. Buenos Aires: Katz, 2006.

BIGLIERI, P. “Nueva conceptualización sobre el populismo en América Latina”. In: FERNÁNDEZ, A.; LESGART, C. (orgs.). *La democracia en América latina: partidos políticos y movimientos sociales*. Rosario: Homo Sapiens. 2008.

BOBES, V. C. “De la revolución a la movilización: confluencias de la sociedad civil y la democracia en América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 227, pp.32-50. 2010.

COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica. 2000.

DRUCK, M. G. “Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo de Lula: cooptação e resistência”. *Observatório Social de América Latina*, ano 6, n.19, pp.335-40. 2006.

ETCHEMENDY, S.; COLLIERS, R. “Golpeados pero de pie: surgimento sindical y neocorporativismo segmentado en Argentina (2003-2007)”. *Postdata*, n.13, pp.141-92. 2008.

²⁴ Em referência a constituição de Conlutas em 2004 e CTB, desfiladas da CUT em 2007.

GALVÃO, A. “La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.10, n.1, pp. 219-39. 2004.

GOHN, N. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2009.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Buenos Aires: Taurus. 2010.

_____. *Facticidad y validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de la teoría del discurso*. Madrid: Trotta, 2010.

IGLESIAS, E. “Política y protesta: visiones comparadas de la acción colectiva”. In: FERNÁNDEZ, A.; LESGART, C. (orgs.). *La democracia en América latina: partidos políticos y movimientos sociales*. Rosario: Homo Sapiens, 2008.

JAKOBSON, K. A. “El PT en el gobierno o el desafío de mantener las convicciones”. *Nueva Sociedad*, n.234, pp.60-73. 2011.

KECK, M. E. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LEVITSKY, S. “Del sindicalismo al clientelismo: la transformación de los vínculos partido-sindicatos en el peronismo, 1983-1999”. *Desarrollo Económico*, v.44, n.173, pp.3-32, 2004.

MANIN, B. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza. 1998.

MASSETTI, A. *La década piquetera (1995-2005): acción colectiva y protesta social de los movimientos territoriales urbanos*. Buenos Aires: Nueva Trilce. 2009.

McADAM, D. et al. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas – oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Istmo, 1999.

MELUCCI, A. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, El colegio de México, 1999.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OFFE, C. *La gestión política*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

OLIVEIRA, A. U. “A política de reforma agrária no Brasil”. In: SYDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (orgs.). *Direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp.27-36. 2009.

OLIVEIRA, F. M. C. “The duckbilled platypus”. *New Left Review*, n.24,

pp.40-57. 2003.

OLSON, M. *La lógica de la acción colectiva*. México: Limusa, 1992.

RADERMACHER, R.; MELLEIRO, W. “El sindicalismo bajo el gobierno de Lula”. *Nueva Sociedad*, n.211, pp.124-143. 2007.

RIETHOF, M. “Changing strategies of the Brazilian labor movement: from opposition to participation”. *Latin American Perspectives*, v.31, n.6, pp.31-47, 2004.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. 2004. “Lula y los cambios en la clase política brasileña”. In: RODRIGUES, L. M.; SADEK, M. A. *El Brasil de Lula: diputados y magistrados*. Buenos Aires: La Crujía/PNUD/ITDT, 2004.

SOARES, G. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetória*. Brasília: Fortium, 2005.

SVAMPA, M. 2005. *La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2005.

TARROW, S. “Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales”. In: MCADAM, D. et al.. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas – oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Istmo, pp.71-99, 1999.

TARROW, S. *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 1987.

TILLY, C. “Acción colectiva”. *Apuntes de Investigación del CECyP*, año 4, n.6, pp.9-32, 2000.

TOURAINÉ, A. *El regreso del actor*. Buenos Aires: Eudeba, 1987.

TOURAINÉ, A. *La producción de la sociedad*. México: Unam-Ifal, 1995.

ZUAZO, M. 2010. “¿Los movimientos sociales en el poder? El gobierno del MAS en Bolivia”. *Nueva Sociedad*, n.227, pp.120-135, 2010.